

# O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES COMO EXPRESSÃO DA MODALIDADE *IRREALIS* NOS AUTOS DA DEVISSA CONTRA OS ÍNDIOS MURA DO RIO MADEIRA E NAÇÕES DO RIO TOCANTINS

Márluce COAN (UFSC/UNESC)\*

## 1. Introdução

Este artigo propõe-se a apresentar o pretérito mais-que-perfeito simples nos depoimentos dos Autos da Devassa contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins como expressão da modalidade *irrealis* (em que a asserção é apresentada como incerta, duvidosa, provável)<sup>1</sup>. Partindo das orientações de Givón (1995) sobre a noção de modalidade *irrealis*, objetivamos demonstrar, via análise da forma verbal do pretérito mais-que-perfeito simples e seus contextos de ocorrência, que os depoimentos sobre as investidas dos colonizadores portugueses contra os Índios são entremeados de incertezas. Embora a análise culmine num veredicto contra a guerra, como o foi historicamente, o olhar é lingüístico.

Nessa perspectiva, apresentamos a forma lingüística do pretérito mais-que-perfeito simples como evidência de não-sustentação argumentativa. Nos Autos, essa forma verbal aparece expressando diferentes funções: uma delas é a expressão de um passado em relação ao momento de fala, utilização que tende a marcar irrealidade, visto que o uso de uma forma temporalmente mais distante para representar uma forma mais próxima indica mais distância do fato (cf. Klein-Andreu 1991). Assim, a distância temporal é usada metaforicamente para indicar distanciamento ao longo de outros eixos conceptuais, conforme têm atestado, também, Fleischmann (1989) e Sweetser (1990). Outras evidências de discurso *irrealis* podem ser vistas no uso do pretérito mais-que-perfeito em lugar do imperfeito do subjuntivo e futuro do pretérito,

\*coan@unesrc.rct-sc.br

casos em que o traço *irrealis* do imperfeito do subjuntivo e do futuro do pretérito se generaliza para o mais-que-perfeito. Além desses, o pretérito mais-que-perfeito também aparece como passado do passado. Nesses casos, há novamente manifestação do *irrealis* por meio da referência *dicendi*, induzindo ao não comprometimento do depoente sobre o que é dito acerca dos Índios.

Na primeira seção, focalizamos os Autos da Devassa numa perspectiva histórica, a fim de contextualizar a presente discussão. Em seguida, apresentamos algumas considerações sobre prescrição gramatical associada ao mais-que-perfeito, sobre modalidade *irrealis* e sobre gramaticalização. Por fim, analisamos essa forma verbal em três subseções, conforme sua utilização: como estratégia pragmática de não-comprometimento (uso em construções com verbo *dicendi*); como extensão metafórica (metáfora do distanciamento temporal) e como projeção (generalização do traço *irrealis*).

## 2. Os Autos da Devassa

Esses autos foram descobertos em 1983, por Jorge Fernandes do Nascimento em Lisboa e trazidos ao Brasil pelo pesquisador João Renôr, constituindo-se em importante fonte para o conhecimento da etno-história colonial da Amazônia. O conteúdo mostra-nos que a Devassa é uma estratégia para limpar uma área de interesse econômico para Portugal, visto que tirar uma Devassa é um procedimento que antecedia uma guerra justa. Nessa ocasião (1738-39), a “guerra justa” não foi realizada, mas os Índios foram atacados anualmente e sob pressão procuraram a paz em outros locais, o que acelerou a destribalização e deculturação (cf. Oliveira, A. E. *In*: Autos 1986: 06).

Os seguintes documentos constituem os autos: 01 certidão, 01 carta, 33 inquéritos, 10 pareceres 01 decisão. Acerca dos depoimentos, há evidências de que a guerra não seria justa, nem necessária. Os trinta e três inquéritos têm quase todos o mesmo teor: colonos e missionários enfrentam problemas quando da colheita do cacau por causa dos ataques dos gentios; dizem não haver causa para os ataques e que ouviram dizer

os fatos. Esses dados já autorizam a invalidade dos depoimentos, pois os Índios têm uma causa para atacar os invasores portugueses: a manutenção territorial e social. Além disso, há vários casos de discurso reportado e não se pode fazer guerra por suposição. Os depoentes não foram os que sofreram os ataques, mas pessoas para as quais os atacados reportaram os fatos. Esse contexto valida a decisão do rei de Portugal D. João V, expressa abaixo:

- (1) ...Me pareceo dizervoz que Não está em termoz de se Reputarem com justaz, e necessarias estaz guerraz... (Autos, doc. 14 - 1738-39: 191)

As considerações que seguem visam a atestar, por um viés lingüístico, o que se demonstra acima. Neste caso, em especial, observamos o papel do pretérito mais-que-perfeito simples no discurso. Pretende-se mostrar que a forma serve a uma ou mais funções, nessa relação, a alteração de configuração ou o dizer de outra maneira passa a significar de outra maneira. Nos termos de Marcuschi (2000), a significação é negociada pelos interlocutores em situações contextuais específicas, o que torna possível que os elementos lingüísticos se adaptem às diferentes intenções comunicativas apresentando flutuações de sentido.” (Cunha *et al.* 2003: 71).

### 3. O pretérito mais-que-perfeito simples

Iniciamos as considerações lingüísticas pelo que tem sido atestado sobre o pretérito mais-que-perfeito. Gramáticos como Said Ali (1964) e Rocha Lima (1986) limitam-se a dizer que existem três modalidades de pretérito que expressam fatos anteriores ao momento em que se fala: perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito. Luft (1976), Almeida (1982) e Cunha & Cintra (1985) afirmam que o pretérito mais-que-perfeito indica uma ação que ocorreu antes de outra ação passada. O mesmo aparece em Barboza (1830: 150): “Este pretérito nota uma existência não só passada, como o pretérito imperfeito, e não só passada e acabada

indeterminadamente, como o pretérito absoluto, e não só passada e acabada relativamente à época atual, como o presente perfeito; mas passada e acabada relativamente a outra época também passada...”

Melo (1987) registra que “à idéia de tempo físico corresponde, de certo modo, a categoria verbal do tempo. Só que, na gramática (ou na língua), predomina o elemento psicológico, de tal modo que à tripartição fundamental - presente, passado, futuro - se acrescentam modulações interpretativas, afetivas, durativas, que geram subdivisões, variáveis de língua para língua, mas sempre atuantes” (p.81). O autor exemplifica com o pretérito mais-que-perfeito simples (*Ele me disse que você na véspera COMPRARA esse mesmo livro*).

Outros valores temporais do mais-que-perfeito também têm sido apresentadas na Literatura. Cunha e Cintra (1985) registram o uso do pretérito mais-que-perfeito em lugar do futuro do pretérito (*Um pouco mais de sol - e FORA brasa*) e do pretérito imperfeito do subjuntivo (... *botou-se para Itaoca como se nada HOUVERA acontecido*). Quando o mais-que-perfeito substitui o futuro do pretérito, o efeito é de consequência inevitável, se uma dada condição for preenchida; em lugar do imperfeito e mais-que-perfeito do subjuntivo, o efeito de sentido produzido é o de admitir como verdadeira a hipótese, conforme Fiorin (1996: 190-204). Cunha e Cintra (1985) dizem, ainda, que o mais-que-perfeito pode também denotar um fato vagamente situado no passado (*Até que afinal CONSEGUIRA o meu carneiro para montar*) e um fato passado em relação ao momento presente quando se deseja atenuar uma afirmação ou um pedido (*TINHA VINDO para pedir-lhe uma explicação*). Essas funções podem ser vistas como gramaticalizações, conforme será explicitado a seguir.

#### 4. A modalidade *irrealis* e a gramaticalização

Gramaticalização tem sido vista como o desenvolvimento de morfemas gramaticais a partir de lexicais, mas Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) não restringem o interesse nesse tipo de transição, citam outros

mecanismos: a) extensão metafórica (extensão entre domínios – mudança abrupta); b) inferência (o falante implica mais do que ele diz, e o ouvinte infere mais do que foi dito); c) generalização (perda de traços específicos do significado - redução semântica – com conseqüente expansão); d) harmonia (usos similares, por exemplo, usos modais na oração principal e na subordinada) e e) absorção (retenção de um traço gramatical).

Ainda, Traugott e Heine (1991) referem-se à gramaticalização como mudanças de ordem semântico-pragmática. As tendências<sup>2</sup> apontadas são as seguintes: a) de significados baseados na situação externa (espacial) para significados baseados na situação interna (perceptual/cognitiva); b) de significados baseados em situação externa ou interna para significados baseados em função textual (coesão textual) e c) tendência a significados tornarem-se progressivamente situados nas crenças do falante<sup>3</sup>. Nos estágios iniciais da gramaticalização, ocorre fortalecimento pragmático: envolvimento do falante mediante atitudes, crenças (conforme Traugott e Heine, *op. cit.*). Esse caso pode ser visto como um processo metonímico: de especificação de um significado em termos de outro, mesmo que encoberto, no contexto, pela pressão da informatividade. Isso demonstra que a gramaticalização pode servir, também, como ferramenta para investigar a interação falante/ouvinte no uso da linguagem (Bybee *et al.*, 1994).

Os casos apresentados na seção que segue focalizam a expressão da modalidade *irrealis* via uso do pretérito mais-que-perfeito simples. Essas possibilidades expressivas, direcionadas ao nível semântico-pragmático, podem ser consideradas como um processo de gramaticalização da forma do mais-que-perfeito em três sentidos: indicação de menos factualidade, metáfora do distanciamento e projeção. Há quatro camadas superpostas, numa alusão ao que Hopper (1991) chama de princípio das camadas. Para explicar as funções do pretérito mais-que-perfeito, partimos da expressão de passado do passado (*realis*<sup>4</sup>), conforme demonstra o diagrama que segue:

(2) ——— M E ——— M R ——— M F ———<sup>5</sup>

Encontramos, nos Autos da Devassa, casos em que o pretérito mais-que-perfeito simples conserva essa função, conforme exemplos abaixo:

- (3) ...o anno passado mataram Hum homem branco; Cabo da Canoa da Residência dos Reverendos Padres da Companhia dos Tapajós; e tem feito mais algumas Mortes de Índios; e Se Canella jurara, poderia acrescentar que também na Nova Missam de Santa Anna... FIZERÃO as mesmas Hostilidades... (Autos 1738-39: 115 - Parecer do Frei Antônio de Araújo)

----- M E ----- M R ----- M F -----  
 FIZERÃO                      mataram

- (4) ...no anno de 1734 foi V.<sup>a</sup> Mag.<sup>dc</sup> Servido mandar recolher Huma tropa de guerra que a dito Rio Tocantins TINHA MANDADO o Governador... (Autos 1738-39: 131 - Parecer do Frei Manuel de Marvão)

----- M E ----- M R ----- M F -----  
 TINHA MANDADO      foi mandar recolher

Para os casos em que o pretérito mais-que-perfeito não conserva essa função de passado do passado, a modalidade constitui-se a alavanca para a mudança funcional: a utilização dessa forma de pretérito como indicativo de menos certeza, em alguns contextos, conduziu-o: a) à expressão metafórica do distanciamento temporal; b) a marcar projeção (passada e futura) e c) a indicar menos factualidade, uma estratégia pragmática na interação locutor/interlocutor (funções essas explicitadas na próxima seção).

Givón (1995) faz referência aos seguintes tipos de modalidade: pressuposição (verdade necessária); asserção *realis* (verdade factual); asserção *irrealis* (verdade possível); asserção negada (não verdade) e

apresenta o passado e o *perfect* (casos com *particípio passado*) como expressivos da modalidade *realis*, já que, nesses usos, o locutor tende a defender sua crença no que é enunciado. Na expressão *irrealis*, por outro lado, o locutor não tem evidências para o que é enunciado. Cognitivamente, a modalidade reflete uma certeza subjetiva e, comunicativamente, uma orientação semântica do falante para a composição de um significado pragmático por envolver falante e ouvinte.

O fato de que modalidades são freqüentemente expressas através dos modos não implica uma correspondência de um para um entre modo e modalidade. Modo é uma categoria puramente formal (morfológica) do verbo, com função modal, que, geralmente, envolve um grupo distinto de paradigmas verbais (indicativo, subjuntivo, imperativo). Já a modalidade é uma categoria semântica, pode ser expressa em uma variedade de formas: morfológica, lexical, sintática, via entonação. Modalidade tem a ver com a atitude do falante no que se refere ao conteúdo proposicional do enunciado (Fleischman 1982).

## 5. A expressão da modalidade *irrealis*: o caso do pretérito mais-que-perfeito simples

### 5.1 O pretérito mais-que-perfeito simples como indicativo de menos facticidade no passado do passado

Nos Autos, o contexto com verbo *dicendi* é o mais recorrente nas exemplificações da forma do pretérito mais-que-perfeito. Esses contextos nos quais há menos certeza envolvida (por causa do verbo *dicendi*) conduzem o mais-que-perfeito à expressão do passado do passado do campo *realis* para o *irrealis*, funcionando como estratégia pragmática de não-comprometimento. Considere-se o seguinte exemplo:

(05) .... Dice que Sabe pello Ouvir dizer ao Padre Luis Alvez que o anno pasado lhe MATARA o Gentio do Rio madeira.... (Autos 1738-39: 35 - Depoimento de Manoel Thomaz)

----- M E ----- M R ----- M F -----  
 MATARA                  ouvir dizer

Em (5), o verbo dicendi (*ouvir dizer*) é a referência para *matara*. A factualidade do pretérito mais-que-perfeito do indicativo é comprometida pela relação com o momento de referência (*ouvir dizer*). Nesse caso, em vez de o mais-que-perfeito indicar um fato que realmente ocorreu no passado, indica um fato que pode ter ocorrido no passado. Absorvido o traço *irrealis*, o mais-que-perfeito pode se projetar para outros contextos *irrealis*, conforme veremos nas próximas subseções.

## 5.2 O pretérito mais-que-perfeito simples e a metáfora do distanciamento temporal

Quando o mais-que-perfeito é preferido, nem sempre indica um passado em relação a outro passado. Klein-Andreu (1991) observou que tempos verbais cuja referência é o passado do passado tendem a indicar irrealidade quando usados para se referir ao passado. Assim, a distância temporal na direção do passado é pressionada a expressar distância modal, no sentido de sinalizar o status de certeza e realidade da asserção (Fleischmam 1989). Nesse sentido, o uso do mais-que-perfeito serviria não para indicar que uma situação é passada em relação à outra, mas para marcar menos assertividade.

“Via mais-que-perfeito, o falante se distancia de uma perda potencial” (*op. cit.*, p. 10). Esse uso do mais-que-perfeito não tem a ver com anterioridade temporal; funciona como uma estratégia pragmática (dentro do eixo da modalidade), a fim de distanciar o falante do conteúdo proposicional. Pesquisadores como Steele (1975), Langacker (1978) e Hutchinson (1985) explicam que o significado básico seria construído não como um tempo passado, mas como uma distância mais ampla da realidade presente (*apud* Fleischman 1989: 17). O uso de uma forma mais distante temporalmente do presente indica mais distância no sentido modal de evidência. A distância temporal é utilizada metaforicamente

para expressar distância ao longo de outros eixos cognitivos ou conceptuais (distância da situação, distância social/interpessoal).

Segundo Sweetser (1990), o sistema de metáforas subjaz nossa tendência a usar o vocabulário do domínio externo (sócio-físico) no domínio interno (emocional e psicológico). Historicamente, o sistema metafórico tem guiado o curso de numerosas mudanças semânticas; e, sincronicamente, ele é representado por numerosas palavras polissêmicas e usos abstratos do vocabulário do mundo físico. Essa correlação entre domínios instiga-nos a buscar uma motivação para a ligação entre dois domínios semânticos aparentemente disparatados. A proposta de Sweetser é a de que nós utilizamos a linguagem do mundo externo no mundo mental interno, o qual é metaforicamente estruturado como paralelo ao mundo externo, e a linguagem do mundo interno, no mundo discursivo. Assim, o distanciamento modal seria uma extensão metafórica da marcação do distanciamento temporal.

Nos autos, foram encontrados seis casos em que o pretérito mais-que-perfeito simples funciona como passado em relação ao momento de fala, desses, quatro casos têm verbo dicendi para codificar o MF, como *diz*, em 06:

- (6) A quarta décima testemunha diz, que Sabe de Certa Sciencia, que o bárbaro Mura tem feyto excessivas mortes, tanto a brancos, como A negros, e que elle testemunha AJUDARA a enterrar a alguns... (Autos 1738-39: 103 - Parecer do Frei Clemente de São Joseph)

----- M E ----- M R / M F -----  
 AJUDADRA                      diz

### 5.3 O pretérito mais-que-perfeito simples: casos de projeção

A utilização do pretérito mais-que-perfeito como indicativo de menos certeza permite que a forma se generalize para marcar outras

funções de caráter *irrealis*. É a generalização do traço *irrealis* que permite o uso do mais-que-perfeito simples em lugar do imperfeito do subjuntivo e do futuro do pretérito.

Em análise de dados do espanhol, Klein-Andreu (1991) verificou que o morfema *-ra*, que veio do mais-que-perfeito indicativo latino *-eram* (*amaveram*), atualmente, é descrito como se fosse um imperfeito do subjuntivo. O significado original de *-ra* tem sido reanalisado em dois aspectos:

- a) de referência a um tempo anterior para algum ponto no passado à referência de um passado sem indicação de anterioridade;
- b) de assertivo a não-assertivo, ou seja, em modalidade, perdeu a assertividade.

O uso original (em *-ra*) foi substituído por uma construção perifrástica: imperfeito de *habere* mais particípio passado. Essa circunstância deve ter sido crucial para explicar o desvio de *-ra* de seu uso assertivo original. A mudança foi desencadeada pela competição (variação). A autora propõe que, durante a competição, é provável que as duas formas (a em *-ra* e a perifrástica) fossem usadas para distinguir graus relativos de focalizar o evento, mais ou menos o que Diver (1969 *apud* Klein-Andreu *op. cit.*) chama de distinções de relevância, e o que Hopper e Thompson (1980 *ibidem*) chamam de diferentes graus de relevo (figura/fundo). Então, espera-se que:

- a) a forma perifrástica apareça em figura; e
- b) a forma em *-ra* apareça em fundo.<sup>6</sup>

Tudo indica que houve uma reanálise semântica do significado do *-ra*, devido à competição com a forma perifrástica. A análise de dados do século XIV (1328-1332), desenvolvida por Klein-Andreu

(1991), evidenciou 49 casos de construção perifrástica *realis*<sup>7</sup> e 135 com *-ra (realis)*. E apenas 16 casos com *-ra irrealis*. O que já indica que o *-ra* passou a ser usado para expressar o *irrealis*. A análise demonstrou a preferência por *-ra* no caso de eventos hipotéticos, então, não é surpreendente o uso de *-ra* para indicar não-assertividade. Primeiro, observou-se o uso do *-ra* em apódoses (oração consecutiva de uma condicional) – FUTURO DO PRETÉRITO, depois em prótases (oração condicional) – IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO, o que reflete seu progresso gradual de mais para menos assertividade.

Nos Autos, há casos em que o mais-que-perfeito deve ser interpretado como imperfeito do subjuntivo (conforme exemplo 7) e um caso em que pode ser interpretado como futuro do pretérito ou presente (conforme exemplo 8).

- (7) ...e Sem duvida que muito mais guerras Haveria desde o anno de 1734 athe o prezente como dantes Havia Se V<sup>a</sup>. Mag.<sup>dc</sup> não TOMARA o expediente de ordenar Se não desse guerra alguma ofensiva Sem Se lhe remeterem os votos dos Ministros da Junta em Carta fechada... (Autos 1738-39: 129 – Parecer do Frei Manuel de Marvão)

----- M E ----- M R ----- M F -----  
 TOMARA (tomasse) Haveria

- (8) Diz que ajudou a enterrar a alguns, mas não nomeya Companheyros, que o ajudasem. PODERA ser, que tenha a mesma caridade de Tobias... (Autos 1738-39: 103 – Parecer do Frei Clemente de São Joseph)

----- M E / M R ----- M F -----  
 PODERA (poderia/pode)  
 tenha<sup>8</sup> (tivesse/tenha)

## 6. Considerações finais

Os exemplos apresentados ilustram diferentes usos do pretérito mais-que-perfeito simples, atestando a proposta de gramaticalização, numa perspectiva funcional (da morfossintaxe para o campo semântico-pragmático). O traço *irrealis* associado à forma, em alguns contextos, parece ser o que permitiu sua expansão para além do significado temporal, em direção ao significado modal. Essas considerações corroboram as propostas funcionais de interpretação verbal como uma categoria discursiva.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Saraiva, 1982.
- BARBOZA, Jeronymo Soares. *Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*. 2 ed. Lisboa: Lisboa. 1830.
- BYBEE, J.; PERKINS, R. e PAGLIUCA, W. *The Evolution of Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CEDEAM. *Autos da Devassa contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-39): fac-símiles e transcrições paleográficas*. Introdução de Adélia Engrácia de Oliveira. Manaus, FUA, Brasília, INL, 1986.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, M. A F., OLIVEIRA, M. R. e MARTELOTTA, M. E. *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

FIORIN, José Luiz. Do Tempo. *As Astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

FLEISCHMAN, S. *Temporal Distance: a Basic Linguistic Metaphor*. Studies in Language, 1989.

FLEISCHMAN, S. *The future in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GIVÓN, T. *A functional-typological introduction*. Vol. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1984.

GIVÓN, T. *Syntax - A functional - typological introduction*. V. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1990.

HOPPER, P. J. *On Some Principles of Grammaticization*. In: E. C. Traugott e B. Heine (eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991.

KLEIN-ANDREU, F. *Losing ground: A discourse-pragmatic solution to the history of -ra in Spanish*. In: S. Fleischman e L. Waugh (eds.). *Discourse Pragmatics*. London, 1991.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: A Ortony (org.) *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LUFT, C. P. *Gramática Resumida*. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

MELO, G. C. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.

REICHENBACH, H. *The tenses of verbs*. Elements of Symbolic Logic. New York: The Macmillan Company, 1947.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

SAID ALI, M. *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University press, 1990.

TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991.

## Notas

<sup>1</sup> Givón (1984) faz referência aos seguintes tipos de modalidade: pressuposição (verdade por acordo prévio); asserção *realis* (algo é verdadeiro ou falso) e asserção *irrealis* (verdade possível).

<sup>2</sup> Essas tendências são classificadas como metafóricas por Lakoff (1993).

<sup>3</sup> Um exemplo pode ser o uso de *while*, em inglês: de significado temporal no mundo real passa a significar relação temporal entre orações, e, em seguida, passa a significar concessão (significado expressivo/situado no mundo de crenças do falante).

<sup>4</sup> Asserção apresentada como factual.

<sup>5</sup> Diagramação pautada na proposta de Reichenbach (1947). O momento do evento (ME) é a posição do pretérito mais-que-perfeito, sendo o MR o outro passado que propicia sua interpretação como passado do passado. O MF é o momento de fala.

<sup>6</sup> Koffka (1936/1975) descreve o plano ambiental como duplamente organizado (figura/fundo). A figura constitui o relevo, por isso é percebida como mais saliente, e o fundo aparece como suporte, caracterizando-se como neutro. *Ix*: Princípios da Gestalt. São Paulo: Cultrix.

<sup>7</sup> O *realis* é, de acordo com Givón (1990), a modalidade não-marcada, então, deve-se assumir que eventos que ocorreram em tempo e espaço reais, ou estão ocorrendo no

tempo da fala, são mais salientes na mente do que eventos que não ocorreram ou podem ocorrer (*irrealis*). A base para essa consideração está em propriedades da percepção e memória humanas.

<sup>8</sup> Nesse caso, o MR fica no mesmo ponto do ME porque podera e tenha são, temporalmente, concomitantes.